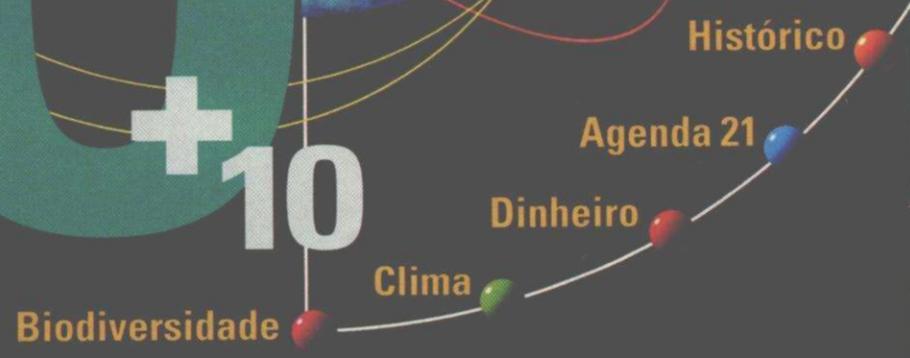


O que muda após a

RIO +10



REGINA SCHARF

Para mostrar o que já se pode prever sobre os rumos do meio ambiente no mundo após a reunião que começa no próximo dia 26 em Johannesburg, na África do Sul, conversamos com quatro especialistas no assunto.

Ilustração: Ronaldo L. Teixeira

Um freio na extinção

Conseguiremos salvar a maior parte do patrimônio genético do Brasil, apesar de nos últimos dez anos o ritmo de destruição da Amazônia ter crescido e pelo menos 11 mil espécies de plantas e animais estarem com alto risco de desaparecer do planeta. Essa é a convicção de Paulo Nogueira-Neto, presidente da Fundação Florestal de São Paulo. “Se formos para Johannesburgo com uma expectativa excessivamente otimista, seremos ingênuos. Mas se não tivermos um mínimo de otimismo, não sairá nada de lá”, diz.

Não é uma opinião qualquer. Um dos ambientalistas mais respeitados do País, Nogueira-Neto foi o primeiro secretário nacional de Meio Ambiente, função que desempenhou por 12 anos, até 1986. Ele também é um dos pais do conceito de desenvolvimento sustentável, baseado no tripé ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo. Integrou a famosa Comissão Brundtland, da ONU, nos anos 80, para definir estratégias ambientais planetárias de longo prazo.

É o seu trabalho atual, na USP, com genética de pequenas populações, que lhe dá tanta confiança na capacidade de recuperação das espécies. “Veja o caso dos hamsters”, diz o professor. “Todos os exemplares que existem por aí descendem de uma única fêmea grávida, capturada num deserto da Síria.” História semelhante tem o bisão norte-americano, cujas populações foram recompostas a partir de 23 indivíduos que sobreviviam nas Montanhas Rochosas. Hoje eles são milhares.

Para Nogueira-Neto, a mesma intervenção humana que multiplicou hamsters e bisões é necessária para conservar os ecossistemas. “Precisamos plantar matas ciliares que liguem fragmentos florestais, ampliar a fiscalização e isentar de impostos quem conservar suas florestas. Temos de mostrar que, em muitos casos, não vale a pena do ponto de vista econômico derrubar a vegetação nativa.” Tais iniciativas deram resultado no Rio Grande do Sul. Um inventário das florestas gaúchas feito pelo governo estadual e a Universidade Federal de

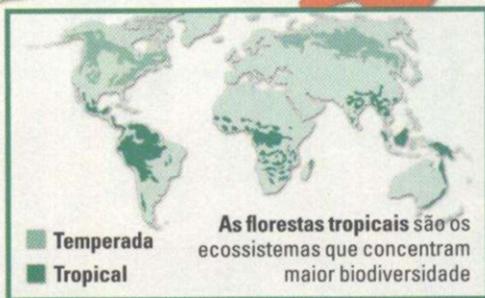
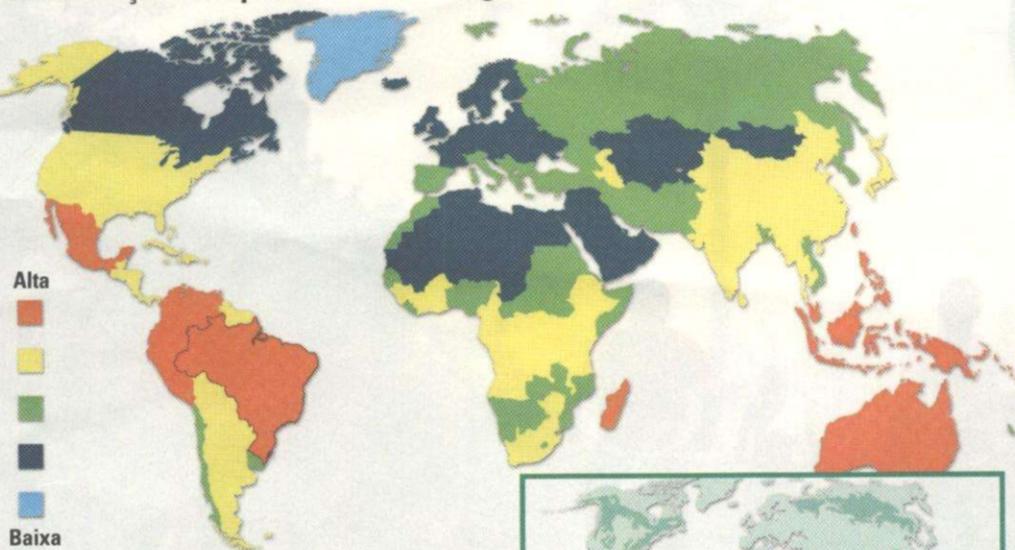
Investimento em parques e reservas já implantados e criação de novas áreas podem salvar as espécies



Uacari-Branco
O macaco vive em reservas na Amazônia e é símbolo do desenvolvimento sustentável

Como se distribui a diversidade da vida

Concentração de espécies animais e vegetais



Santa Maria verificou que elas quase triplicaram de 1983 a 2001. O estudo associou o crescimento ao abandono de áreas difíceis de cultivar, ao rigor da legislação e a uma maior conscientização dos proprietários rurais.

Para dar uma força às áreas degradadas com possibilidade de recuperar a exuberância original, o pesquisador propôs ao governo federal que leve, a Johannesburgo, a proposta de se criar uma rede mundial de proteção a essas áreas. “Ao contrário das matas intocadas, equilibradas no balanço de carbono, as florestas secundárias podem se expandir, retirando o gás da atmosfera e amenizando o aquecimento global”, explica. Só na Amazônia, há 165 mil quilômetros quadrados de hectares de áreas desmatadas e abandonadas — área equivalente à do Estado do Acre.

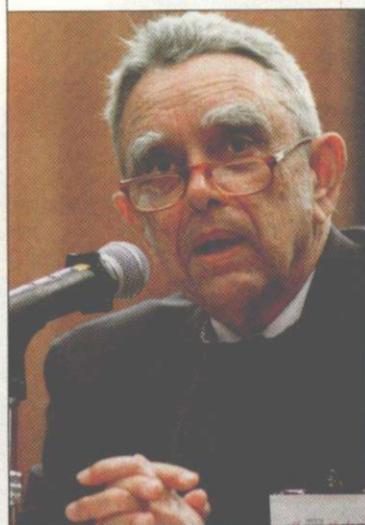
Salvar fragmentos

Outra forma benéfica de intervenção humana, enfatiza Paulo Nogueira-Neto, é a criação de unidades de conservação. No Brasil, a área oficialmente protegida mais do que dobrou na última década. No planeta, o crescimento teve ritmo semelhante. Segundo a Comissão Mundial de Áreas Protegidas, elas passaram de 7,35 milhões de quilômetros quadrados, em 1990, para 13,2 milhões, distribuídos entre 30 mil parques e reservas.

É verdade que muitas dessas unidades nem saem do papel, sobretudo por falta de verbas para desapropriações ou fiscalização. A crescente aplicação dos recursos das compensa-

ções ecológicas — taxa de pelo menos 0,5% sobre o valor das grandes obras, para compensar impactos negativos, e repassada para unidades de conservação mais próximas — tem ajudado a conservar as áreas. Como exemplo, o professor da USP cita o caso das novas termelétricas gaúchas: com seus recursos foram desapropriados 30 mil hectares no Parque Nacional de São Joaquim — na única região brasileira onde neva —, para que ele pudesse existir de verdade.

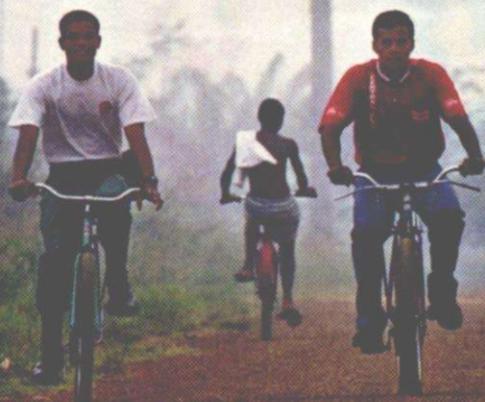
Nogueira-Neto aposta nos benefícios de uma mudança das mentalidades, independentemente dos instrumentos oficiais, como a Convenção da Diversidade Biológica, que obriga os países a protegerem suas espécies, por meio da conservação de seus habitats. Lançada na Rio-92, ela entrou em vigor em menos de dois anos, graças ao apoio de 183 países. O Brasil foi o primeiro a assinar e a ratificação no Congresso veio em fevereiro de 1994. Os EUA nunca deram seu apoio à Convenção da Biodiversidade. Para Nogueira-Neto, importante, mesmo, foi a evolução das pessoas. “A conferência do Rio criou na população uma vontade de preservar suas riquezas naturais”, diz. “Por isso, elas não só vão conseguir sobreviver, como vão prosperar.”



“A Rio-92 fez crescer nas pessoas a vontade de preservar as riquezas naturais”

Paulo Nogueira-Neto
Biólogo, professor da USP,
presidente da Fundação
Florestal de São Paulo e
secretário especial do Meio
Ambiente de 1974 a 1986

RIO+10



Fogo na florestas
A população de Rondônia
convive com queimadas
que agravam o clima

A guerra do carbono

O Protocolo de Kyoto vai sair e o aumento da temperatura da Terra será freado. Mesmo que insistam em ficar fora do jogo os Estados Unidos, responsáveis por um quarto dessas emissões de carbono que entopem a atmosfera, formando uma camada de gases que não deixa o calor escapar. Essa é a previsão de Fabio Feldmann, secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

“Se a Rússia e a Polônia assinarem o protocolo — e acho que isso vai acontecer logo —, ele entrará em vigor mesmo sem o governo americano”, diz Feldmann, que também é assessor especial da Presidência da República para a Rio+10. Se isso acontecer, os ambientalistas terão, em Johannesburgo, uma vitória importante numa das guerras mais acirradas da diplomacia moderna.

O Protocolo de Kyoto foi lançado em 1997, diante da evidência de que pratica-

mente nenhum país industrializado tinha cumprido os compromissos estabelecidos pela Convenção de Mudanças Climáticas: controlar suas emissões de gás carbônico, ozônio e óxido nitroso, dentre outros. Esses gases são produzidos pela maior parte das atividades modernas — por veículos, indústrias e até rebanhos, que soltam metano após ruminar. Mas, para entrar em vigor, o protocolo tem que ser ratificado por 55 países, que sejam responsáveis por, no mínimo, 55% das emissões mundiais. E, por enquanto, os EUA se recusam a assiná-lo.

Já existem evidências bem claras de que o clima da Terra está mudando. Os anos 90 foram os mais quentes desde que as temperaturas começaram a ser monitoradas, no século 19. Os 2.500 cientistas que compõem o IPCC calcularam que a temperatura ainda vai subir cerca de 3 °C neste século.

Aquecimento global mais evidente leva a aumento das forças favoráveis ao controle de gases-estufa

Algumas conseqüências desse aquecimento já são visíveis. A Munich Re, resseguradora alemã que sistematicamente levanta indenizações pagas após catástrofes associadas ao clima, como tornados e maremotos, verificou que, nos anos 90, foram gastos cerca de US\$ 608 bilhões em todo o mundo — três vezes mais que as indenizações pagas nos anos 80. Além disso, os oceanos se elevaram entre 10 e 20 centímetros desde 1900. E as doenças tropicais associadas à temperatura, como malária e febre amarela, têm ocorrido em regiões onde não havia registros anteriores.

Desenvolvimento limpo

Para Feldmann, os americanos têm dado indícios de que vão à Rio+10 dispostos a questionar até princípios da Rio-92, como o da responsabilidade comum mas diferenciada: quem polui há mais tempo tem de se esforçar mais. E esse princípio, diz Feldmann, os EUA aceitaram em 1992, ao assinar a convenção do clima, com outros 164 países.

A diplomacia norte-americana tem exigido, por exemplo, que países pobres mas com economias de maior porte, como Brasil, China ou Índia, também assumam metas de redução concretas. Desde o início dos anos 90, os EUA ampliaram suas emissões de carbono em 18%, chegando a 1,57 bilhão de toneladas anuais. “O presidente George W. Bush encara essa questão de um ponto de vista exclusivamente doméstico”, diz Feldmann. “Se esse padrão for reproduzido no resto do Mundo, não haverá possibilidade de acordo global.”

Não que o protocolo, do jeito que está, vá salvar o planeta. “Embora ele fixe metas bem concretas, elas são insuficientes”, avalia Feldmann. Em 1990, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) calculou que seria necessário cortar 60% das emissões poluentes para reverter o processo de aquecimento global. Entretanto, o Protocolo de Kyoto determina que os países industrializados se comprometam a reduzir suas emissões em 5,2%, em média, em relação ao nível de 1990 ao longo dos próximos dez anos. Essas metas serão, com certeza, elevadas ao longo da próxima década, segundo Feldmann.

“Quando as mudanças climáticas começarem a ficar mais claras, a pressão da opinião pública será enorme”, diz ele. O Brasil, como outros países em desenvolvimento, deve trabalhar para suas emissões poluentes não crescerem e tem de fazer um inventário de suas emissões, que o governo pretende divulgar, com atraso, antes do encontro de Johannesburgo. O documento deverá mostrar que estamos entre os dez maiores emissores do mundo, com o desmatamento na Amazônia.

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), um dos principais instrumentos do Protocolo de Kyoto, permite que empresas e países industrializados que não conseguirem reduzir suas emissões aos limites exigidos patrocinem projetos de plantio de árvores ou adoção de energias não poluentes em países em desenvolvimento. Em troca, o patrocinador recebe créditos que podem ser comercializados em bolsas de valores. “O MDL é um instrumento muito criativo de transferência de recursos do Norte para o Sul, capaz de beneficiar a todos”, diz Feldmann. Um instrumento que, segundo os mais otimistas, poderia inundar o Terceiro Mundo com US\$ 30 bilhões nos próximos anos.



“A pressão da opinião pública sobre os EUA será enorme”

Fábio Feldmann
presidente do Fórum
Brasileiro sobre
Mudanças Climáticas



Efeito global
Queimadas na
Amazônia atingem
o equivalente a
um Estado de
Sergipe todo ano

RIO+10

DINHEIRO

Fracasso garantido

Um dos principais motivos de lamúrias na Rio+10 será o financiamento de projetos ambientais. Essa é a avaliação de Hécio Marcelo de Souza, especialista em Políticas Públicas do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), ONG especializada no monitoramento dos gastos do governo.

Muitos mecanismos internacionais de financiamento do desenvolvimento sustentável propostos na Rio-92 não decolaram ou foram insuficientes, segundo Souza. “Só 0,9% dos recursos gastos pelo Ministério do Meio Ambiente no ano passado vieram de fontes internacionais”, estima.

Os motivos desse fracasso são vários. Parte da explicação está nos próprios países desenvolvidos, que apertaram o cinto apesar de terem prometido, durante a Conferência do Rio, serem mais generosos.

Em 1992, a chamada “ajuda oficial para o

desenvolvimento” — ou seja, as doações dos países ricos para os países pobres — foi da ordem de US\$ 69 bilhões, e representava, em média, 0,33% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países doadores. Durante a Rio-92, eles se comprometeram a subir essa ajuda a 0,7% de seus PIBs. Ao invés disso, reduziram-na ainda mais. Em 2000, a ajuda oficial para o desenvolvimento caiu para US\$ 53 bilhões, ou 0,22% do PIB dos países ricos. Os EUA, por exemplo, reservam apenas 0,10% de sua riqueza para seus primos pobres.

Outra promessa feita pelos países ricos durante a conferência do Rio foi a de recheiar os cofres do Global Environment Facility (GEF), fundo criado para financiar projetos de países pobres que tivessem impacto sobre todo o planeta. Esse dinheiro é distribuído pelo Banco Mundial para iniciativas que visam reduzir as mudanças climáticas, a polui-

Recursos previstos na Rio-92 foram inviabilizados por órgãos internacionais e burocracia brasileira



Rio Tietê
Despoluição em São Paulo exige obras de custo muito elevado



Cidades divididas
Diminuir o desnível social continua sendo um dos principais desafios

ção dos oceanos, o buraco na camada de ozônio e a perda das florestas e da biodiversidade. Nesta primeira década, o GEF distribuiu US\$ 4,2 bilhões. Não é muito, se lembrarmos que, durante a própria Rio-92, os custos de implantação do desenvolvimento sustentável em países pobres foi orçado em US\$ 600 bilhões anuais, dos quais US\$ 125 bilhões teriam de vir de fora. Ou seja, a ajuda do GEF foi 30 vezes menor do que o necessário.

Sem contrapartida

Mas a falta de verbas para a área ambiental também tem outras origens. O Banco Mundial, que sempre foi um grande repassador de recursos financeiros para projetos de meio ambiente, começou a oferecer consultoria e serviços técnicos em vez de dinheiro, segundo Souza. Além disso, a partir de 1999, com o enxugamento dos gastos públicos brasileiros, começou a faltar dinheiro até para contrapartida em projetos. Sem a contribuição brasileira, os investimentos estrangeiros começaram a minguar, diz o técnico.

Ao longo da década, o projeto ambiental brasileiro que mais recebeu dinheiro externo foi o Programa-Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), considerado o maior no gênero no mundo, e que acaba de

ser incorporado às políticas do governo federal. Lançado na Rio-92, ele só deslanchou em 1995, com um orçamento de US\$ 280 milhões. Boa parte desses recursos foi para os parques e reservas na Amazônia e para projetos de manejo de recursos florestais.

Entretanto, para Hécio de Souza, não basta aumentar as doações externas para que o meio ambiente seja preservado de fato. Para ele, a política federal de abertura comercial acaba impedindo a expansão do desenvolvimento sustentável. “Um bom exemplo disso é a decisão de estimular a exportação da soja, que continua pipocando por toda a parte na Amazônia”, diz o especialista do Inesc.

Na avaliação do técnico, um dos debates mais quentes da Conferência de Johannesburgo será, justamente, sobre as transações internacionais e a dívida externa dos países em desenvolvimento. Segundo ele, se somarmos o pagamento do serviço (juros) das dívidas interna e externa nos quatro anos deste segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, chegaremos a uma cifra de R\$ 400 bilhões — o equivalente a um ano inteiro de orçamento público. “O resultado é que diante do que é remetido para fora, sobra muito pouco dinheiro para projetos importantes para o País na área ambiental”, diz ele.



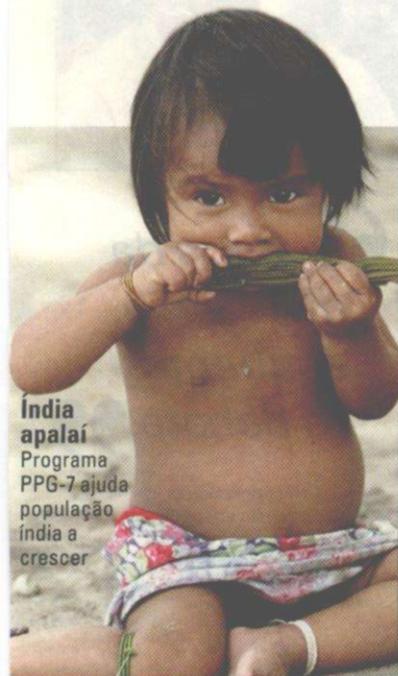
“Juros da dívida vão esquentar o debate”

Hécio de Souza
Especialista em políticas públicas do Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), de Brasília

RIO+10

AGENDA 21

Pacto mais importante da Rio-92 se torna aos poucos um documento simbólico burocrático



Índia
apalaí
Programa
PPG-7 ajuda
população
índia a
crescer

O planeta sem rumo

Ao contrário do que foi acertado em torno da Agenda 21, um dos mais importantes documentos da Rio-92, ainda está longe o dia que os administradores públicos levarão em conta fatores ambientais na hora de tomar suas decisões, no Brasil ou no exterior. É o que prevê Pedro Jacobi, diretor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade de São Paulo, que participou da elaboração da Agenda 21 nacional.

Esse tema deverá gerar muito debate em Johannesburgo, já que uma das tarefas da conferência é avaliar se a Agenda 21, talvez o principal compromisso da Rio-92, vingou de fato. O documento é uma espécie de código de conduta que cada cidade, Estado ou país tem que produzir, como um roteiro para orientar sua administração para que ela promova o desenvolvimento sustentável.

Segundo a ONU, mais de 6 mil cidades estão concluindo suas Agendas 21 locais, e pelo menos 80 países mantêm conselhos de desenvolvimento sustentável encarregados de produzir versões nacionais. O processo só começou a deslançar de fato nos últimos quatro anos. Em 1997, apenas 1.800 municípios estavam envolvidos nesse esforço.

O Brasil acaba de concluir a sua Agenda 21, cuja produção envolveu 40 mil pessoas, que levantaram 6 mil propostas em dezenas de audiências públicas. O resultado foi um volume com centenas de páginas, entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso no mês de junho. Os primeiros documentos locais e esta-

duais também estão saindo do forno. De Petrolina (PE) a Campo Grande (MS), pelo menos três dúzias de iniciativas estão sendo discutidas em todo o País.

A Agenda 21 discute desde o crescimento populacional e a necessidade de se reduzir desigualdades até os impactos ambientais dos meios de transporte, da geração elétrica, da agricultura e da industrialização. "A quantidade de informação incluída é uma loucura", avalia Jacobi. "Mas algo tão ambicioso sempre corre o risco de cair no vazio." Ele compara o documento à Declaração dos



Direitos do Homem, numa versão muito mais longa e complexa. “A Agenda 21 tem importância simbólica. Mas, para que não seja simplesmente burocrática, ela precisa envolver a educação ambiental e a mobilização da sociedade”, diz.

Menos de 1 dólar por dia

Jacobi elogia os documentos produzidos pela cidade do Rio de Janeiro e a região do Vale do Ribeira (SP), mas considera limitada a experiência da Agenda 21 paulistana, que, na sua opinião, foi muito pouco discutida com os cidadãos. “Importante, mesmo, é ter programas municipais ou estaduais de desenvolvimento sustentável consistentes, como os do Estado do Amapá ou do municí-

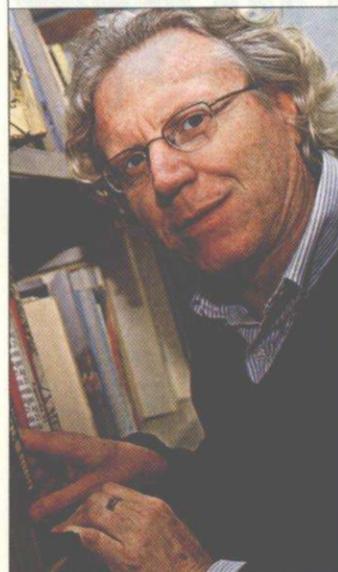
pio de Ribeirão Pires, na Grande São Paulo, que tem 100% de seu território em área de proteção dos mananciais”, avalia. Para ele, nesses casos, ter uma Agenda 21 formalizada acaba sendo uma preocupação secundária.

Para Jacobi, esses casos são exceções, pois a gestão pública normalmente não incorpora a questão ambiental em ritmo suficientemente rápido. “O lado econômico sempre prevalece e o ambiente continua visto como uma questão de perfumaria”, diz. Com isso, conclui, opta-se sempre por ações *a posteriori*, como a descontaminação de rios e solos, em vez de investir na redução de impactos.

Os indicadores mundiais comprovam que a gestão do planeta continua tão problemática quanto no tempo da Rio-92. Na época, os brasileiros mais ricos — ou 1% da população — detinham 13% da renda nacional. O quadro continua idêntico. No plano mundial, a pobreza também persiste. Hoje, há 1,2 bilhão de pessoas, no mundo, vivendo com menos de um dólar por dia. É praticamente a mesma quantidade de uma década atrás.

Nesse período, o planeta ganhou 800 milhões de bebês. A boa notícia é que eles terão uma escolaridade e uma expectativa de vida um pouco melhores que as dos seus pais. No início dos anos 90, a expectativa de vida do brasileiro, ao nascer, era de 65,75 anos. Hoje, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nós chegamos, em média, aos 68,8 anos. Além disso, no mesmo período, caiu de 44 para 34 o número de crianças que morrem de cada mil nascidas no país.

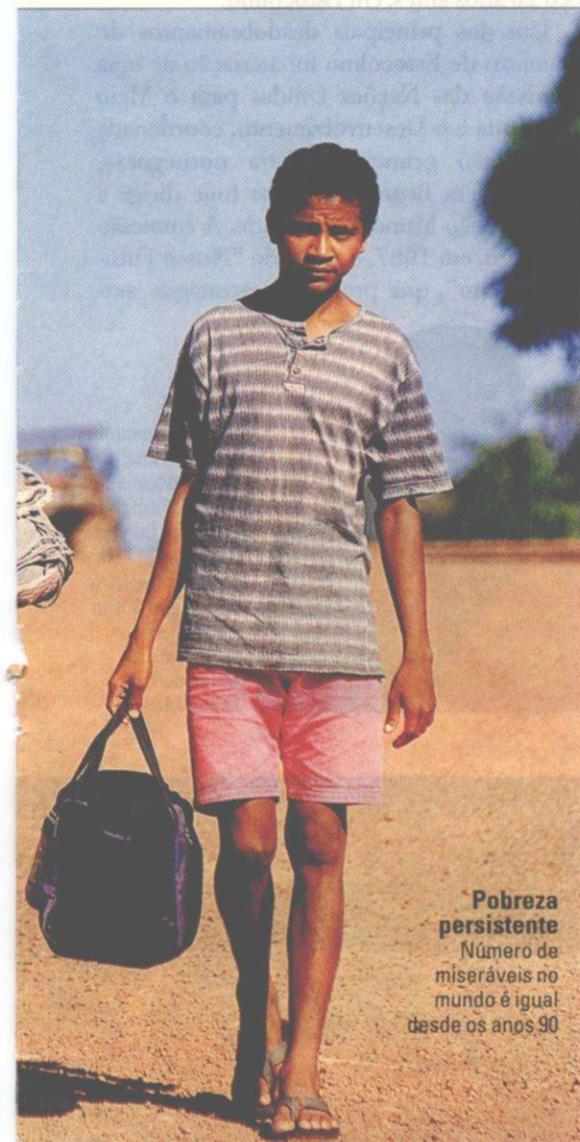
A esperança, avalia Jacobi, está na produção de Agendas 21 sólidas e numa maior articulação da sociedade civil. “Nunca houve tantas redes de não-governamentais fazendo pressão sobre as políticas públicas e articulando a resistência contra ações inadequadas do governo”, diz. Ele cita redes que militam em prol da Amazônia, da Mata Atlântica, do Cerrado ou contra as hidrelétricas de grande porte. A maioria delas nem sequer existia há meia década. Para Jacobi, é assim que, pouco a pouco, mudará a cabeça dos administradores do mundo.



“Uma meta ambiciosa sempre corre o risco de cair no vazio”

Pedro Jacobi
Diretor do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade de São Paulo

Pobreza persistente
Número de miseráveis no mundo é igual desde os anos 90





RIO+10

HISTÓRICO

O caminho que levou à

A Cúpula da Terra, como também foi conhecida a Rio-92, foi a maior reunião de chefes de Estado e de governo da História. Entre eles o cubano Fidel Castro e George Bush, pai do atual presidente americano, que se recusou a assinar a Convenção da Diversidade Biológica, alegando que não poderia permitir “que o extremismo no movimento ambientalista prejudique os Estados Unidos”.

Além dos 108 presidentes e primeiros-ministros, a Cúpula da Terra juntou mais de 20 mil representantes da sociedade civil, num evento paralelo. Ambientalistas, religiosos, líderes de minorias e ativistas sociais promoveram seus próprios debates e redigiram dezenas de documentos alternativos. Seu lema: “pensar globalmente, agir localmente”. Para acompanhar as duas semanas de negociações foram destacados 9 mil jornalistas de todos os

cantos do planeta, testemunhas do nascimento dos três documentos que se tornaram as principais referências ambientais dos últimos anos: as convenções da Biodiversidade e de Mudanças Climáticas e a Agenda 21.

O ano 2000 como meta

Apesar de sua importância, a Conferência do Rio não foi o início do esforço internacional para garantir o futuro do planeta. A primeira grande conferência das Nações Unidas para discutir os conflitos que existem entre o meio ambiente e o desenvolvimento aconteceu 20 anos antes, em Estocolmo.

Um dos principais desdobramentos do encontro de Estocolmo foi a criação de uma comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, coordenada pela então primeira-ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland, que hoje dirige a Organização Mundial da Saúde. A comissão publicou, em 1987, o relatório “Nosso Futuro Comum”, que propunha estratégias am-

Estocolmo, na Suécia, em 1972, sediou a primeira cúpula global sobre os problemas ambientais



Pobreza
No encerramento da conferência preparatória da Rio+ 10, Fernando Henrique Cardoso se encontra com o primeiro-ministro da Suécia, Goran Persson, e o presidente da África do Sul, Thabo Mbeki

Trinta anos em busca de rumos para o planeta



Vida alternativa
Maurice Strong, secretário da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, passeia de bicicleta em Estocolmo em junho de 1972



convenção



Tropas na rua
O forte esquema de segurança não inibiu a participação das ONGs

bientais de longo prazo para “obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000 e daí em diante”.

Johannesburgo deve retomar discussões iniciadas em Estocolmo e buscar formas de implementar as convenções da Rio-92. “Temos de estabelecer metas bem concretas e definir fontes de recursos para que o encontro não se transforme numa Rio- 20”, diz Fabio Feldmann, coordenador dos preparativos do governo federal para a Rio+10. Na sua opinião, para que isso aconteça, a reunião não pode ser excessivamente centrada nos problemas da África e na questão da pobreza, como parecia ser a tendência. Esse risco era grande, mas diminuiu quando a América Latina preparou um documento que defende a visão do subcontinente, segundo Feldmann. “Nisso, ela foi seguida pelo Leste Europeu e a

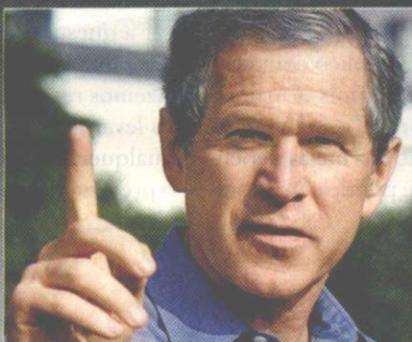
Ásia, que também apresentaram iniciativas próprias, desviando o foco da discussão.”

Além de retomar as discussões das conferências anteriores, a Rio+10 deve introduzir algumas novidades. Uma delas é a questão da governança global — a capacidade de se integrar temas globais às políticas nacionais e locais. “Os parlamentos têm hoje muita dificuldade em discutir as mudanças climáticas ou a perda do patrimônio biológico, por exemplo”, avalia Feldmann. Na sua opinião, outro tema de destaque no encontro é o do multilateralismo — ou seja, da pulverização do poder mundial, hoje bastante concentrado nos Estados Unidos. “Se a Rio+10 fracassar, poderá encerrar o ciclo das grandes conferências internacionais, deixando claras as dificuldades de ação das Nações Unidas”, diz. “O papel da ONU está em xeque.”

Fotos: Pobreza, soldados e conferência, Ag. O Globo

O anfitrião da Rio-92

O presidente brasileiro Fernando Collor de Mello discursa entre chefes de Estado de diversos países e representantes das Nações Unidas no Rio de Janeiro



O vilão de 2002

O presidente George W. Bush, dos EUA, se opõe ao Protocolo de Kyoto, para redução das emissões de gases causadores do aquecimento global

RIO

Metas do Brasil

10

Apenas boas intenções

FERNANDA COLAVITTI

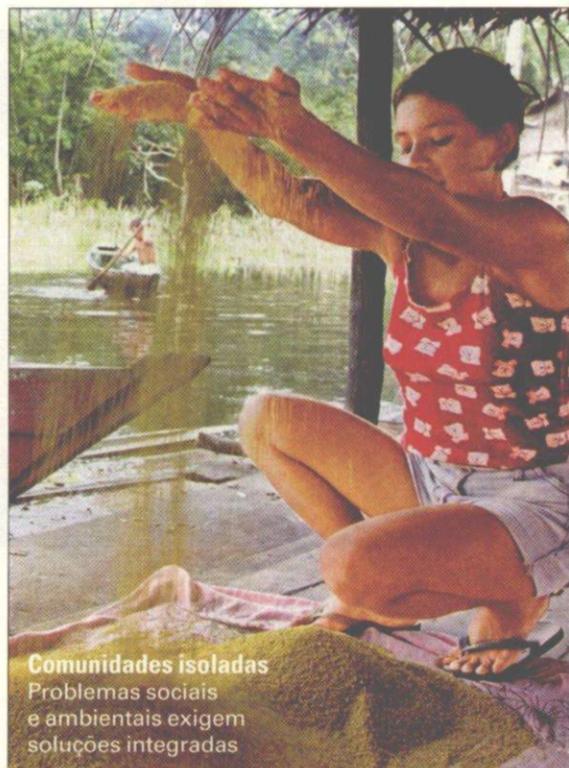
O ponto fraco das propostas a serem levadas pelo governo brasileiro para a Rio+10 é a inviabilidade. Essa é a avaliação de três especialistas no assunto: o físico José Goldemberg, secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e ex-ministro da Educação e do Meio Ambiente; o biólogo João Paulo Capobianco, diretor do Instituto Socioambiental (ISA) e ex-diretor da Fundação SOS Mata Atlântica; e o jornalista Washington Novaes, ex-secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal.

Ao elaborar seu relatório com base na Agenda 21, o governo federal definiu ações prioritárias nas áreas de gestão dos recursos naturais, agricultura sustentável, cidades sustentáveis, redução das desigualdades sociais, infra-estrutura e integração regional e ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável. O documento está disponível no site do Ministério do Meio Ambiente.

“As propostas são ótimas, mas economicamente inviáveis”, diz Goldemberg, que estimou, em 1992, quando era ministro, que seriam necessários 700 bilhões de dólares para cumprir as metas da Agenda 21. “Esse valor deve estar ainda maior atualmente”, calcula. Para Goldemberg, a única maneira de levar a Agenda 21 a sério e obter resultados práticos, seria cada governo incorporar seus custos no orçamento público. Na avaliação do secretário, o fato do documento não ter força de lei é outra agravante. “Está sendo difícil de cumprir até o Protocolo de Kyoto, que é obrigação para os países que o assinaram”, compara.

Esforço coletivo

Apesar de avaliar o conteúdo como “de bom nível”, Capobianco diz que todas as propostas tratam de questões complexas para o país e, portanto, dependem de mudanças estruturais para saírem do papel. “A forma tradicional de atuação do poder público contradiz as exigências do documento, pois a maioria das propostas são intersetoriais”, explica. Para o diretor do ISA, a execução das metas depende basicamente de vontade política, mas tam-



Comunidades isoladas
Problemas sociais e ambientais exigem soluções integradas

bém exige uma pressão da sociedade. “Apesar do governo ter um papel essencial, toda a sociedade civil terá que fazer sua parte. Ninguém poderá ficar deitado em berço esplêndido, ou corre-se o risco de este virar mais um documento na prateleira”, conclui.

Apesar de considerar as propostas um “avanço importante”, Novaes, que participou da elaboração das propostas do Brasil, aponta algumas falhas em seu conteúdo. “Acho que as metas relacionadas ao lixo estão muito tímidas. Também deveria haver maior ênfase nas iniciativas para conservação da energia”, diz o jornalista. Na opinião de Novaes, para avançarmos na realização das metas é preciso colocar a questão ambiental no início e no centro das políticas públicas e privadas. “Tudo o que fazemos repercute na terra, ar e água. É preciso levar isso em conta desde o princípio, em qualquer iniciativa, e não deixar para corrigir o prejuízo depois”, diz ele.

Anote

Para navegar

- Johannesburg Summit 2002 (site oficial)
www.johannesburgsummit.org
- Programa das Nações Unidas do Meio Ambiente
www.unep.org
- Rio+ 10 Brasil (site oficial)
www.riomaisdez.gov.br
- Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais
www.ongsbrasil.org
- Ministério do Meio Ambiente
www.mma.gov.br